



Estudo planeja conversão do café convencional para o orgânico



Crédito: Barbara Burger (ESALQ/Agro)

Metodologia utilizada permite otimizar o lucro e o custo da produção do café no processo de conversão por meio de modelos lineares em vários cenários

A busca dos consumidores por uma alimentação mais saudável tem levado os produtores agrícolas de diversos países a utilizarem métodos alternativos de produção. Nesse caso, destaca-se o cultivo de alimentos orgânicos, cujo consumo já é tendência no Brasil e em outros países. Nessa modalidade de produção agrícola não se permite o uso de insumos sintéticos, admitindo-se, predominantemente, a utilização de técnicas que não prejudiquem o meio ambiente. Além disso, produtores que fazem uso do sistema convencional, que estiverem interessados em adotar a tecnologia orgânica de produção, deverão se credenciar junto ao Ministério da Agricultura por meio de uma certificadora de produtos orgânicos. A certificação, por auditoria ou participativa, deve seguir normas e procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira de produtos orgânicos. Um dos métodos é o processo de conversão ou transição, pelo qual a atividade agrícola em manejo convencional migra para o manejo orgânico.

Pesquisa realizada na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ), considera a conversão da cafeicultura convencional para o sistema orgânico de produção como alternativa para o cafeicultor gerar maior lucro, reduzir o impacto ambiental provocado pelo mau uso de agrotóxicos e adubos químicos, priorizar a saúde do produtor e ofertar ao consumidor um produto orgânico certificado, isento de agroquímicos.

Renato Alves de Oliveira, autor da pesquisa, afirma que para a legislação brasileira de produtos orgânicos, o tempo de transição do convencional para o orgânico, no caso do café, exige no mínimo 18 meses, por ser uma cultura perene. Porém, em seu estudo ele optou por 24 meses. “A produção de café em sistema convencional utiliza muitos agrotóxicos, então 24 meses seria um período suficiente para que os resíduos químicos sejam degradados na natureza. Além desses 24 meses de conversão o estudo apresenta, ainda, um ano de substituição parcial de insumos convencionais por orgânicos, depois desse período o talhão é orgânico”, explica o pesquisador.

De acordo com Oliveira, alguns cafeicultores estão adotando esse novo modelo técnico na busca de um produto diferenciado, para agregação de valor, por aumento na lucratividade e pela aceitação dos consumidores, principalmente os do mercado externo. Dessa forma, ele realizou um planejamento de conversão parcial da cultura do café sob o sistema convencional para a técnica orgânica de produção em um sítio localizado em Espírito Santo do Pinhal (SP), por oito anos, respeitando a bienalidade do cafeeiro, passando por três fases de manejo: substituição de insumos, conversão e produção orgânica. Naquela propriedade, analisou cenários sem otimização e com otimização (maximização do lucro e minimização dos custos) com a adoção do sistema orgânico na cultura do café; comparou variáveis de custo e o lucro geral do planejamento entre os cenários com otimização e sem otimização; verificou a viabilidade econômica da produção orgânica de café em cenários com otimização e sem otimização, inclusive de maneira comparativa ao processo convencional.

Resultados

Foram analisados nove cenários para tratar o problema – três não otimizados, outros três com maximização de lucro, e mais três para minimização de custo.

Na primeira análise, nos cenários sem otimização, com maximização do lucro e com minimização de custo, ocorreram reduções na produtividade de 10% em manejo em substituição, de 20% (1º ano) e de 30% (2º ano) em manejo em conversão; em manejo orgânico não houve aplicação de fator redutor. Após o respectivo talhão ter passado pelo manejo em conversão, o preço do café orgânico foi de 30% maior que o preço do café convencional. “Aqui o sistema de produção orgânica se mostrou economicamente viável se o produtor receber um incremento de 30% sobre o preço da saca de café e se a produtividade retornar aos mesmos níveis do sistema convencional. Os resultados ainda revelaram que o 4º ano é crítico, pois deteve menor nível de lucro no planejamento, em função da maior incidência do fator redutor de produção e do aumento de custo em toda área”, explica Oliveira. O pesquisador destaca, ainda, que essa primeira análise, através dos cenários otimizados, ilustrou um panorama importante, o de que é possível produzir organicamente com, no máximo, os mesmos custos do sistema convencional. “Isso ocorre devido a melhor alocação dos recursos, ou seja, o modelo de programação linear gerou o melhor nível de produção de café para se obter o maior lucro ou o menor custo, de acordo com as limitações impostas”, completa.

Os resultados da segunda análise, nos cenários sem otimização, com maximização do lucro e com minimização de custo, identificaram uma situação de prejuízo do cafeicultor no 4º ano de planejamento, e uma condição econômica desvantajosa em relação ao sistema convencional, pois o lucro geral foi inferior, apesar dos outros anos mostrarem lucros positivos. “Isso se deve à queda de produtividade em manejo orgânico e, conseqüente redução de renda, de modo que o preço adicional não foi suficiente para manter níveis de lucro semelhantes aos da primeira análise”, diz o doutorando. Ele ainda ressalta que é importante frisar que a queda de produtividade em manejo orgânico não é progressiva no longo prazo. “Em diversos estudos sobre agricultura orgânica, na maioria dos experimentos, os resultados mostraram aumento da produtividade após o período de conversão, a qual chega a atingir níveis iguais aos do sistema não orgânico”, expõe.

Na terceira análise, por meio dos cenários sem otimização, com maximização do lucro e com minimização de custo, ocorreram reduções na produtividade de 10% em manejo de substituição, de 20% (1º ano) e de 30% (2º ano) em manejo de conversão; em manejo orgânico não houve aplicação de fator redutor. Após o respectivo talhão ter passado pelo manejo em conversão, o preço do café orgânico foi o mesmo do café convencional, ou seja, uma situação em que o produtor comercializou a saca de café orgânico ao preço do convencional.

Ao final, Oliveira sugere a realização de um estudo mais ampliado, tanto para a cultura do café quanto para outras culturas, avaliando a possibilidade de concessão de maiores incentivos públicos para a difusão da agricultura orgânica e a necessidade de substituir a produção orgânica, devido a redução da produtividade durante o processo de conversão. “Seriam também recomendáveis estudos que avaliassem o incentivo da produção orgânica, tomando como exemplo a própria cafeicultura, por meio de política de preços mínimos como forma de garantir ao produtor preços estáveis durante o ano”, conclui o pesquisador.

O trabalho, realizado no Programa de Pós-graduação (PPG) em Economia Aplicada, teve orientação do professor José Vicente Caixeta Filho, docente do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da ESALQ.

Esalq/USP

Autor: Alicia Nascimento Aguiar